

# A alimentação adequada é um direito!

## Porquê este projeto?

Falar sobre o papel da alimentação nas nossas vidas leva-nos ao consenso de que esta é basilar para vivermos dignamente. Por ser tão importante, consideramos um facto inquestionável que todas as pessoas tenham direito à alimentação.

Apesar deste consenso, tal direito não está garantido para um número crescente de pessoas em todas as regiões do mundo. Na verdade, a alimentação é hoje parte dos maiores desafios que enfrentamos enquanto sociedade.

O primeiro grande desafio passa por reconhecermos a existência do problema em países como o nosso: cada vez mais pessoas não estão protegidas de passar fome ou outras formas de insegurança alimentar. Isto significa que muitos de nós não tem acesso a uma alimentação adequada, independentemente do

género, idade, nacionalidade, credos e outras pertenças culturais.

Outro desafio passa por entendermos que este não é um problema restrito apenas a grupos sociais que precisam de ajuda para conseguir fazer as suas refeições. Cada vez mais, as doenças crónicas associadas à alimentação inadequada aumentam, pressionando os sistemas sociais e de saúde. Mesmo quando podemos escolher o que comemos, nem sempre conseguimos saber se os alimentos que adquirimos são seguros, saudáveis, com um valor justo para quem os produziu e se estão a promover, ou a comprometer, a sustentabilidade das gerações futuras.

Por outro lado, a ligação intrínca entre os vários problemas e desafios que se colocam à garantia deste direito e à sua implementação concreta em medidas e políticas de segurança alimentar e nutricional carece ainda de um

entendimento coletivo, esclarecido e partilhado, incluindo, entre decisores políticos.

Assim, o grande repto do projeto é afirmar que a *Alimentação é [um] direito!* e que deve ser legalmente reconhecida como tal, permitindo a criação de iniciativas e medidas concretas que salvaguardam que todos e todas temos acesso a uma alimentação adequada sem comprometer a sustentabilidade do nosso planeta.

A participação das pessoas em situação de vulnerabilidade social e das Organizações da Sociedade Civil no processo de construção de alternativas a esta situação é fundamental! Para tal, importa que entendam as dinâmicas do sistema alimentar atual, a forma como estas impactam desigualmente os diferentes grupos sociais e as potenciais alternativas para a realização progressiva do direito à alimentação adequada em Portugal.



## # Objetivos

O projeto visa contribuir para a realização do direito à alimentação adequada em Portugal, através da promoção da literacia sobre este direito e do fortalecimento das capacidades da sociedade civil para que possam influenciar de forma efetiva a geração de mudanças ao nível institucional e legal, e no quadro orçamental e de políticas públicas.

## # Grupo-alvo

Organizações da Sociedade Civil; decisores políticos, legisladores e formadores de opinião

## #Destinatários

Pessoas e grupos sociais em situação de vulnerabilidade à insegurança alimentar e nutricional e/ou cujo direito à alimentação se encontre ameaçado ou tenha sido violado

## #Atividades

- Ações de sensibilização e ações de formação / capacitação
- Campanha e ações de advocacia
- Intercâmbio de conhecimentos Internacional
- Elaboração de materiais informativos e de apoio ao trabalho das Organizações da Sociedade Civil

## Quem são os promotores do projeto?

### ACTUAR

Associação para Cooperação e Desenvolvimento

Desde a sua génese, em 2007, a ACTUAR tem vindo a trabalhar nas áreas do desenvolvimento territorial sustentável e da Segurança Alimentar e Nutricional, tendo como abordagem a promoção do direito à alimentação adequada e da participação social. Tem atualmente assento no Comité de Coordenação do Mecanismo da Sociedade Civil e dos Povos Indígenas do Comité Mundial de Segurança Alimentar das Nações Unidas e no Comité Global de Coordenação da Década da Agricultura Familiar das Nações Unidas. Participa também na Rede Global do Direito Humano à Alimentação e Nutrição. Ao nível regional, destaca-se na facilitação de redes da sociedade civil da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e a nível nacional exerce atualmente o secretariado da REALIMENTAR. // Saiba mais em: [www.actuar-acd.org](http://www.actuar-acd.org)

### FIAN Portugal

Associação Portuguesa para a Promoção do Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas

A FIAN Portugal foi estabelecida em 2017, sendo a secção portuguesa da FIAN Internacional\*, através da qual integra a Rede Global para o Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas (GNRTFN) e a rede internacional Nyéléni. A FIAN Portugal colabora atualmente com outras secções europeias da FIAN para desenvolver ferramentas de apoio à aprendizagem e à ação sobre a fome e o direito à alimentação na Europa. Em Portugal, é membro da REALIMENTAR e colabora com outras organizações da sociedade civil para a promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada. // Saiba mais em: [www.fianportugal.org](http://www.fianportugal.org)

### FIAN Norge

A FIAN Norge foi estabelecida em 1988 sendo a secção norueguesa da FIAN Internacional\*. A FIAN Norge tem dirigido o seu trabalho aos grupos sociais em situação de pobreza e marginalizados e ao apoio a ativistas que promovem modos de vida sustentáveis nas suas comunidades locais. A sua atividade passa pela consciencialização para os direitos humanos, a assistência jurídica e influência política sobre as entidades governamentais. Na Noruega, tem-se focado na defesa do direito humano à alimentação adequada das pessoas idosas. No campo da política externa da Noruega, a FIAN Norge tem desenvolvido trabalho na área das obrigações extraterritoriais e tem colaborado com outras secções da FIAN da Ásia para a promoção do direito à alimentação adequada. // Saiba mais em: [www.fian.no](http://www.fian.no)

[\*] A FIAN Internacional é uma organização sem fins lucrativos, sem afiliação religiosa ou política, criada em 1986, e que trabalha para a promoção e defesa do Direito Humano à Alimentação Adequada em todo o mundo. O trabalho da FIAN baseia-se na Declaração Universal dos Direitos Humanos e outros instrumentos de direito internacional, sendo uma organização com estatuto consultivo junto das Nações Unidas.

O projeto conta com a participação da REALIMENTAR – Rede Portuguesa pela Soberania e Segurança Alimentar e dos seus membros.

OPERADOR DO PROGRAMA

PROMOTORES

# Alimentação é Direito!

## Fortalecimento do Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas em Portugal